Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte TRIBUNA DA IMPRENSA Class.: 977

Data 13/12/85 Pg.:

190

O índio brasileiro está passando pela puberdade e chegará o momento em que ele assumirá a política indígena, sem precisar de porta-voz, segundo prevê o sertanista Apoena Meirelles, há poucos meses à frente da Fundação Nacional do Índio - Funai - sigla que sempre esteve associada às suspeitas de corrupção nos governos anteriores e crises eternas. Em entrevista exclusiva à TRIBUNA DA IMPRENSA, o presidente da Funai admite que as missões religiosas estrangeiras que atuam nas terras indígenas podem ter outro fim que não o de "salvar" almas, voltando seus olhos para as riquezas minerais das reservas, onde a burocracia brasileira ainda não conseguiu pôr seus pés de rinoceronte. Por isso, em breve ele pretende regularizar o ingresso das missões estrangeiras nos territórios indígenas, acompanhando de perto os passos dos mensageiros da fé.

Eduardo Leão Coelho
Sucursal de Brasília

A dura caminhada de Apoena pelos corredores da Funai

TI - Quantos índios existem no País e como eles vivem hoje?

Apoena *Meirelles* - Cerca de 200 a 250 mil índios. A situação do índio é bem melhor do que a da grande maioria das populações marginalizadas que vivem nos centros urbanos.

TI - A Funai mudará sua política na Nova Rebúplica?

Apesar de todos os defeitos, a Funai ainda é um órgão que faz coisas pelos índios

AM - A Funai passa por grande transformação, com a descentralização do excesso de poder que existe em Brasília, transferindo parte das decisões para as delegacias regionais. Será criado, também, um conselho que atuará junto à presidência da Funai, em Brasília, formado por indigenistas - os Villas-Boas e estudiosos da questão indígena - sem ônus para o órgão. Esse conselho terá como função fiscalizar o exercício administrativo da Funai.

TI - Por outro lado, a descentralização não desarticula a luta dos índios a nível nacional? A Funai não quer evitar a concentração de problemas indígenas e de índios em Brasília?

AM - Os problemas já são regionalizados. Os problemas dos índios do Xingu são diferentes das reivindicações dos Xavantes. As reivindicações são específicas de suas respectivas áreas. O aculturamento, por exemplo, do índio nordestino, é completamente diferente do índio xinguano. E a regionalização evita, até, a mistura dos índios.

TI - Volto à pergunta anterior: a regionalização não tem um fundo político que é evitar a articulação do índio a nível nacional, a troca de informações etc?

AM - Não, porque as reivindicações continuam regionalizadas.

TI - Vamos, então, pegar a questão da terra: nos Estados do Nordeste por exemplo, onde o poder é ainda arbitrário, os governos estatuais e grupos locais não teriam maiores condições de corromper, evitando a demarcação das terras indígenas? Como eles vão resolver a questão da terra, se ela depende também de órgãos federais como o INCRA?

AM - As questões de terra continuaram centralizadas em Brasília. Elas não serão decididas pelas superintendências regionais, justamente para se evitar as pressões políticas e interesses locais sobre essas superintendências. A decisão da terra passa pelos Ministérios do Interior e da Reforma Agrária. Após escolhidas, as áreas de demarcações são encaminhadas à presidência da FUNAI que decidirá, juntamente com os ministros de Estado, sobre a demarcação ou não das reservas indígenas.

TI - É verdade que o próprio MIRAD - Ministério da Reforma Agrária - dificulta a demarcação das terras indígenas?

AM - Às vezes, você não consegue se reunir com os representantes dos Ministérios do Interior e da Reforma Agrária para definir a demarcação das terras, principalmente depois desses fatos todos envolvendo mudanças na presidência da FUNAI.

TI - Qual a diferença da FUNAI de ontem e a FUNAI da Nova República?

AM - A FUNAI vai ao encontro dos problemas do índio In Loco. Não espera que os índios venham a Brasília.

TI - Quanto a FUNAI gasta com os índios, aqui em Brasília?

AM - Gastávamos cerca de Cr$ 200 milhões de cruzeiros. Conseguimos reduzir para menos da metade. Hoje, devemos ter 70 índios, que é a capacidade da Casa do Índio, aqui em Brasília. Para recebermos o índio, fazemos um levantamento para saber o que ele pretende fazer aqui, qual é o problema dele que não podeser resolvido na superintendência regional. Se é terra, o caminho é Brasília, agora, se veio buscar auxílio financeiro, vamos saber se ele voltou aqui por necessidade ou não. As refeições, que ninguém tinha controle, agora são fornecidas aqui na FUNAI. Também não tínhamos controle sobre os hotéis. Muitas vezes, os donos de hotéis estimulavam a permanência do índio em Brasília. Então agora teremos um controle de quem está em Brasília e a que veio. Vamos adotar o mesmo sistema do vale-refeição.

TI - Ainda hoje tem índio em hotel?

AM - Tem. Já bastante reduzido, mas tem. São índios que vieram autorizados, como um grupo de Xavantes.

TI - Comenta-se que certos funcionários da FUNAI faziam acordos com os proprietários de hotéis, ganhando pela hospedagem de índios...

AM - Não posso afirmar isto. Foi feita uma auditagem na Funai e não temos provas concretas da existência de má-fé. O que há, realmente, é aquilo que eu falo da concentração de poder. Se eu for uma pessoa interesseira e pretender fazer política para continuar presidente da Funai, eu posso, realmente, ficar dando dinheiro para este ou aquele grupo de índios para depois eles pedirem ao ministro para eu continuar presidente da Funai. Acho que essa concentração de poderes é que não pode existir. O índio tem que se preocupar é com o fortalecimento da instituição e não do lobby. Esse processo todo só tem levado ao desgaste da instituição. Apesar de todos os defeitos, a Funai ainda é um órgão que faz coisas pelo índio. Se com a Funai é ruim, sem a Funai vai ser muito pior. Agora, o índio só vai perceber isto se um dia acabar a Funai. A instituição deve ser preservada e não confundida com as pessoas.

TI - Qual o orçamento da Funai?

AM - Em 85 foi de Cr$ 52 bilhões, mas em abril já estava estourado. A Funai vem sobrevivendo de suplementações orçamentárias.

TI - E em 86?

AM - Vamos para um orçamento de Cr$ 271 bilhões. A maior parte do orçamento é para o custeio de pessoal.

TI - Quantas áreas estão demarcadas e quantas a Funai pretende demarcar no próximo ano?

AM - Só neste governo foram resolvidas grandes questões de terra, como as áreas do Pólo Noroeste, demarcação do Parque do Aripuana, Caiapó, mais 1 milhão da área Iaiuau. Estamos destinando à demarcação de terras, cerca de Cr$ 36 bilhões, fora os recursos alocados de projetos como o Carajás, Planordeste etc.

TI - Quais os índios que vivem em piores condições?

AM - Na minha opinião, são os índios do Sudeste da Amazônia. Suas áreas de terra ainda não foram definidas e não existe infra-estrutura. Eles estão praticamente assistidos por missionários.

TI - O que fazem esses missionários estrangeiros trabalhando com os índios? Eles não estariam ligados a interesses multinacionais da área de minérios?

AM - Acho que o ideal seria que a Funai tivesse condições de assumir toda assistência ao índio. Em muitos lugares, a Funai não atua. Então, nos colocamos diante do seguinte dilema: retiramos os missionários, mas vamos ter condições de ocupar o lugar deles?

TI - Qual o interesse desses missionários junto aos índios?

AM - Também acho estranho. Acho que existem muitos problemas na periferia dos grandes centros urbanos que necessitam de missionários.

TI - Eles estariam ligados às áreas de informações e mineração de governos estrangeiros e empresas multinacionais?

AM - Existem suspeitas de que eles teriam interesse em minério. Fala-se muito. O que a FUNAI vai fazer é regulamentar a atuação das missões religiosas nas áreas indígenas. Serão firmados convênios por um período de, no máximo, um ano. As missões, por sua vez, serão obrigadas a fornecer relatórios dos missionários que atuam nessas áreas, até a gente desenvolver um trabalho para ocupar.

TI - O que a FUNAI fará para evitar os confrontos entre fazendeiros e índios?

AM - A violência tanto do índio quanto do branco não vai resolver. Entendo que o índio deve encaminhar sua reivindicação à FUNAI que agilizará o processo para uma solução rápida.

TI - O regime militar contribuiu para aumentar a violência e evitou a demarcação das terras indígenas?

AM - Temos de ser honestos. Sempre tive posicionamento contrário às administrações anteriores da FUNAI, principalmente no tempo do General Manoel Bandeira de Mello. Fomos demitidos nessa época. Uma coisa é inegável: o Estatuto do Índio foi criado no governo Médici e é uma das coisas perfeitas em termos indígenas. Não podemos dizer que existiu, oficialmente, uma política de genocídio do índio, como ocorreu na América do Norte. Às vezes, certas pessoas não tinham conhecimento e sensibilidade para conduzir a FUNAI e cometeram muitos erros. Agora, a questão do índio foi muito usada em termos políticos.

TI - Como?

AM - Na própria sucessão do presidente Figueiredo...

TI - Quem utilizou o índio, politicamente?

AM - A direção da FUNAI, na época presidida pelo Jurandir Fonseca. O problema não é dar o poder, mas saber se as pessoas estão em condições de utilizarem esse poder.

Se retirarmos os missionários vamos ter condições de ocupar o lugar deles. É difícil

TI - Por que o nome da FUNAI está sempre associado à corrupção?

AM - É uma coisa injusta. As administrações anteriores fizeram muita coisa errada, mas o funcionário, na maioria das vezes, tem demonstrado honestidade, retidão... Trabalhei em outros órgãos do governo e sei como é o mecanismo. Na FUNAI, a gente não vê isso. Os funcionários da FUNAI são realmente de uma dedicação, abnegação. Agora, pode ter havido transação disso e daquilo. O problema é o seguinte: o volume de dinheiro que a FUNAI movimenta é tão pequeno que a corrupção teria de envolver outras pessoas, de outros ministérios.

TI - O Ministério das Minas e Energia continua cedendo áreas para a exploração de minérios, sob a alegação de pesquisa?

AM - O Ministério das Minas e Energia revogou a portaria que autoriza a pesquisa de minério. A posição é de não se permitir a exploração de minérios, a não ser que os índios façam convênios com as empresas ou garimpeiros, como ocorre com os caiapós, que ganham deixando os garimpeiros trabalharem em suas terras.

TI - A FUNAI continua vivendo em crise?

AM - A crise da FUNAI é a crise de todo o governo. É a transição. Todavia, o atual governo está determinado em acertar na política indígena e não pretende acabar com a FUNAI. Isto já é muito importante.

TI - O que você acha do índio?

AM - O índio brasileiro está passando pela puberdade. Nesse caminho ele chegará até o momento de assumir a direção da política indígena, não precisando mais de porta-vozes. O índio já começa a falar por si.

O volume de dinheiro da Funai é tão pequeno que a corrupção teria que envolver outros ministérios